

Economistas no balanço das hipóteses

A definição dos nomes dos dois candidatos que irão disputar o segundo turno das eleições presidenciais não deverá provocar grandes alterações na economia do País. O economista Luís Paulo Rosenberg, ex-assessor econômico do presidente Sarney, acha que só o mercado financeiro poderá passar por alguns momentos de sobressaltos até 17 de dezembro, caso haja uma ascensão de Lula nas pesquisas.

O economista Yoshiaki Nakano, ex-assessor do Ministério da Fazenda, ressalta que mesmo essa instabilidade do mercado financeiro vai depender da campanha dos dois candidatos. Na sua opinião, em vez de uma polarização, poderá haver uma convergência das propostas — Collor assumindo uma postura mais de esquerda e Lula indo para o centro. Se isso ocorrer, a economia terá todas as condições de se manter estável até o segundo turno.

O problema maior deverá vir depois de 17 de dezembro. Rosenberg nem se preocupa muito

com o nome do novo presidente, mas com o período entre o segundo turno e a posse, já que “não teremos um presidente forte no leme da economia”. Para ele, Sarney não tem condições de fazer mais nada além do que já fez, e deveria antecipar a posse.

Nakano acha possível segurar as rédeas da economia, mesmo depois do dia 17, desde que o eleito defina logo o seu programa e equipe. Assim, evitará que a expectativa em relação às medidas que poderiam ser adotadas venha a desestabilizar a economia e levar à hiperinflação, como ocorreu na Argentina. Ele advertiu que em uma situação de descontrole só restará ao novo presidente a alternativa de adotar um programa ortodoxo, onde os trabalhadores pagam a conta.

O ex-presidente do Banco Central Fernando Milliet observa que o novo presidente da República, seja ele quem for, terá de atacar a questão das finanças públicas. A receita, na sua avaliação, será muito parecida. A diferença

maior está no impacto que a receita de cada um dos dois candidatos terá na distribuição de renda. Por essa razão, ele também julga fundamental que o candidato eleito defina o mais rápido possível como será custeado o ajuste das finanças públicas e qual será o custo para cada segmento da sociedade.

Para Rosenberg, Lula teria maiores facilidades para renegociar uma política de renda e conseguir concessões na área sindical. Por ser menos compromissado com o setor empresarial, o candidato do PT seria mais duro nas negociações. Collor teria maiores facilidades no relacionamento com o mercado internacional, com o FMI e com os empresários, já que, provavelmente, adotaria medidas mais ortodoxas. Mas ele salienta que qualquer deles terá que negociar com o Congresso.

O economista Carlos Longo espera de Collor um programa emergencial semelhante ao que foi implantado na Argentina, com aumento expressivo das tarifas

públicas, ajuste cambial e queda implícita dos salários, que não acompanhariam os demais ajustes. Um eventual governo do PT, que ele considera improvável, na sua opinião levaria de 30 a 60 dias para estabelecer uma linha de ação.

Denise Campos de Toledo